

BIBLIOTECA DIGITAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (BDJur): relato de experiência

José Ronaldo Vieira¹

Arlan Morais de Lima²

Vandeilson Soares Neri³

Relata a experiência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no processo de criação da Biblioteca Digital Jurídica (BDJur), em 2004, e a manutenção dessa durante os últimos seis anos. A BDJur foi criada com o objetivo de facilitar o acesso aos documentos de interesse de ministros, dos servidores do Tribunal e da comunidade jurídica, por meio da disponibilização de conteúdos em texto integral. Para a criação da BDJur, foi realizado o levantamento e análise dos principais sistemas para criação de bibliotecas digitais, sendo escolhido o *DSpace*, software livre desenvolvido pelo *Massachusetts Institute of Technology* – (MIT), cuja finalidade é preservar e permitir o acesso rápido a todos os tipos de objetos digitais, incluindo textos, imagens e vídeos. O conteúdo foi estruturado em comunidades, subcomunidades e coleções. As coleções estão distribuídas nas subcomunidades Atos Administrativos, Doutrina e Repositório Institucional. O acervo digital vem sendo ampliado com a disponibilização de periódicos comerciais, por meio de contratos firmados com editores, aumentando as possibilidades de acesso aos conteúdos oferecidos aos seus usuários. A BDJur, como canal de divulgação da informação jurídica, tem alcançado amplo reconhecimento no meio jurídico como um importante repositório.

Palavras-chave: Biblioteca digital. Comunicação Científica. Informação jurídica. Repositório Institucional.

DIGITAL LIBRARY OF THE SUPERIOR COURT OF JUSTICE (BDJur): Experience Report

The objective of this study is to report on the experience of the Superior Court of Justice (STJ) in the process of creating the Legal Digital Library (BDJur) in 2004 and its maintenance over the last six years. BDJur was created with the objective of facilitating access to documents of interest to ministers, court servers and the legal community, through the provision of full text

^{1,2,3} Superior Tribunal de Justiça.

content. For the creation of BDJur, a survey and analysis of the main systems for the creation of digital libraries was carried out. DSpace, the free software developed by the Massachusetts Institute of Technology (MIT), was chosen to preserve and allow quick access to all the types of digital objects, including texts, images and videos. Content was structured in communities, subcommunities, and collections. The collections are distributed in the subcommunities Administrative Acts, Doctrine and Institutional Repository. The digital collection has been expanded with the availability of commercial journals, through contracts signed with publishers, increasing the possibilities of access to the content offered to its users. BDJur, as a channel for the dissemination of legal information, has achieved wide recognition in the legal environment as an important repository.

Keywords: Digital library. Scientific Communication. Legal information. Institutional Repository.

BIBLIOTECA DIGITAL DEL TRIBUNAL DE JUSTICIA (BDJur): informe de experiencia

Se pretende relatar la experiencia del Superior Tribunal de Justicia (STJ) en el proceso de creación de la Biblioteca Digital Jurídica (BDJur), en 2004, y el mantenimiento de ésta durante los últimos seis años. La BDJur fue creada con el objetivo de facilitar el acceso a los documentos de interés de ministros, de los servidores del Tribunal y de la comunidad jurídica, a través de la disponibilidad de contenidos en texto integral. Para la creación de BDJur, se realizó el levantamiento y análisis de los principales sistemas para la creación de bibliotecas digitales, siendo elegido el DSpace, software libre desarrollado por el Massachusetts Institute of Technology (MIT), cuya finalidad es preservar y permitir el acceso rápido a todos los tipos de objetos digitales, incluidos los textos, las imágenes y los vídeos. El contenido fue estructurado en comunidades, subcomunidades y colecciones. Las colecciones están distribuidas en las subcomunidades Actos Administrativos, Doctrina y Repositorio Institucional. El acervo digital viene siendo ampliado con la disponibilidad de periódicos comerciales, a través de contratos firmados con editores, aumentando las posibilidades de acceso a los contenidos ofrecidos a sus usuarios. BDJur, como canal de divulgación de la información jurídica, ha alcanzado amplio reconocimiento en el medio jurídico como un importante repositorio.

Palabra-claves: Biblioteca digital. Comunicación Científica. Información jurídica. Repositorio Institucional.

1 INTRODUÇÃO

Uma biblioteca digital é um sistema que provê a uma comunidade de usuários o acesso organizado a informações e conhecimentos, com recursos eletrônicos e capacidades técnicas associadas para criar, buscar e usar a informação (CABRERA FACUNDO; COUTIN DOMINGUEZ, 2005). De acordo com esta perspectiva, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) criou em 2004 a Biblioteca Digital Jurídica (BDJur), com o objetivo de facilitar o acesso aos documentos de interesse de ministros e servidores do Tribunal, por meio da disponibilização de conteúdos em texto integral.

Os benefícios esperados com a implantação da BDJur eram:

- ampliar e facilitar o acesso aos documentos de interesse dos usuários da Biblioteca do STJ, da comunidade jurídica e da sociedade em geral;
- atender de forma mais rápida as necessidades de informação dos gabinetes dos ministros e das demais unidades do STJ;
- promover a divulgação dos documentos do acervo da Biblioteca;
- contribuir para a preservação de documentos institucionais;
- promover a economia de espaço físico na Biblioteca;
- ampliar a responsabilidade socioambiental por meio de redução do consumo de papel.

Os conteúdos previstos inicialmente para serem incluídos no repositório foram:

- documentos jurídicos: documentos produzidos por juristas ou outros operadores do Direito sobre diversos temas de interesse do universo jurídico.
- produção intelectual de ministros: traz a Produção intelectual dos ministros do STJ, incluindo artigos de periódicos, capítulos de livros, entrevistas, palestras e discursos. Tal serviço visa à disseminação e à preservação da memória institucional.
- boletim de serviço: coleção de acesso restrito aos servidores do STJ que disponibiliza atos de natureza interna do Tribunal.

- atos normativos do STJ: atos normativos produzidos pelo Superior Tribunal de Justiça e divulgados no Diário Oficial da União e Diário da Justiça. Essa coleção facilita a pesquisa e a visualização dos atos normativos do Tribunal.
- teses jurídicas: teses e dissertações na área do Direito defendidas nas mais conceituadas instituições de ensino superior do País.
- pesquisas jurídicas: seleção de resultados de pesquisas doutrinárias realizadas pela Seção de Pesquisa da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do STJ.
- repositório administrativo: disponibilização dos documentos administrativos produzidos pelas diversas unidades administrativas do Superior Tribunal de Justiça.

A instalação e a customização do sistema foram feitas no mês de julho de 2004. Após essa fase foram configurados os perfis dos administradores e usuários do sistema e iniciada a inclusão de documentos no servidor de teste.

A Biblioteca Digital do STJ foi colocada em produção em dezembro de 2004, com acesso público pela internet. A BDJur foi lançada com a disponibilização de palestras e artigos produzidos pelos ministros do STJ, ampliando o número de coleções durante seus seis anos de existência, com o objetivo de melhor atender o seu público alvo e toda a comunidade jurídica brasileira. Novos conteúdos não previstos inicialmente foram disponibilizados na BDJur, a saber:

- Revistas de acesso aberto: coleção de periódicos jurídicos nacionais e estrangeiros com textos completos dos artigos. O conteúdo dos periódicos é incluído com autorização dos editores.
- Revistas de acesso restrito: coleção de artigos de periódicos de editores comerciais, disponibilizados no repositório com acesso restrito para servidores e ministros, conforme negociação com as editoras.
- Obras raras: coleção de obras de renomados juristas nacionais e estrangeiros e de grande relevância na área do Direito.. A digitalização dessas obras foi feita por meio da parceria entre o Superior Tribunal de Justiça e o Ministério da Educação, financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, que objetiva a

disponibilização do inteiro teor de obras históricas e raras no Portal de Domínio Público do MEC.

- Publicações institucionais: reúne publicações produzidas pelo STJ, incluindo livros, manuais, relatórios e folhetos. O objetivo é coletar, preservar e difundir a produção bibliográfica do Tribunal, contribuindo para constituir a memória institucional do Tribunal.
- Eventos promovidos pelo STJ: serão disponibilizados os textos das palestras dos eventos promovidos pelo Tribunal, facilitando o processo de capacitação dos servidores da Casa.
- Trabalhos acadêmicos: coleção que reúne trabalhos acadêmicos de servidores que tiveram pós-graduação financiada pelo STJ. Estão incluídos nessa coleção dissertações, artigos científicos e trabalhos de conclusão de curso – TCCs.
- Livros digitais: coleção de livros digitais de autoria dos principais juristas e operadores do direito.

A proposta de disponibilizar, na BDJur, teses jurídicas de conceituadas instituições de ensino superior do país, prevista inicialmente, ainda não foi concretizada. Os trabalhos de criação dessa coleção serão iniciados no segundo semestre de 2010 e incluirão o estabelecimento de critérios a serem adotados para seleção desses documentos.

Atualmente a BDJur possui mais de 26 mil itens, nos formatos texto, imagem e vídeo, englobando os seguintes tipos de documentos: livros, capítulos de livros, artigos de periódicos, manuais, relatórios, folhetos, palestras, discursos, entrevistas, trabalhos acadêmicos e legislação.

A BDJur integra o “Consórcio BDJur”, que nasceu como projeto estratégico implementado pelo Superior Tribunal de Justiça no contexto do Programa de Modernização do Sistema Judiciário. O Consórcio BDJur é uma rede de bibliotecas digitais formada por órgãos do Poder Judiciário e por instituições essenciais e auxiliares da justiça brasileira, englobando as esferas federal e estadual. Por meio de um Harvestor, desenvolvido pela Public Knowledge Project, o Consórcio BDJur integra, em um único portal, os mais importantes repositórios de informação digital jurídica, permitindo consultas unificadas nos acervos das bibliotecas digitais integrantes da rede.

Os objetivos do Consórcio BDJur são:

- promover a criação de bibliotecas digitais no Poder Judiciário brasileiro;
- contribuir para a democratização do acesso à informação jurídica;
- promover a divulgação da informação jurídica em inteiro teor;
- facilitar o acesso à informação jurídica;
- contribuir para a preservação de documentos jurídicos;
- promover consultas unificadas nas bibliotecas integrantes do Consórcio BDJur.

O Consórcio BDJur foi implantado no STJ juntamente com a BDJur. Atualmente o portal dispõe do conteúdo de seis bibliotecas digitais para ser pesquisado, sendo que mais 14 instituições assinaram acordo de cooperação com o STJ para implantação de suas bibliotecas digitais e adesão ao Consórcio BDJur.

A BDJur possui uma média mensal de mais de 215 mil downloads, sendo o segundo repositório mais acessado no Brasil, de acordo com o Registry of Open Access Repositories (ROAR, 2010). Por ser uma biblioteca digital amplamente acessada e ser uma iniciativa pioneira fora do ambiente acadêmico, torna-se importante relatar para profissionais da informação e estudiosos da área as etapas de construção, desenvolvimento e consolidação da BDJur como espaço de divulgação da informação jurídica.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Após levantamento e análise dos principais softwares para criação de bibliotecas digitais foi selecionado o DSpace, software livre desenvolvido pelo Massachusetts Institute of Technology – (MIT), nos Estados Unidos, em parceria com a Hewlett-Packard – HP, cuja finalidade é preservar e permitir o acesso rápido a todos os tipos de objetos digitais, incluindo textos, imagens e vídeos.

O DSpace foi utilizado pela primeira vez em língua portuguesa pela Universidade do Minho/Portugal, que enviou para a Biblioteca do STJ cópia do programa e documentação para início do desenvolvimento e aplicação do sistema. O STJ contou, posteriormente, com o apoio da Universidade de São Paulo, Departamento de Educação e Comunicação – USP/ECA para aprimoramento e customização do programa.

O DSpace é um sistema amplamente utilizado no mundo inteiro e sua comunidade de usuários cresce a cada dia tanto entre instituições públicas como instituições privadas. O Brasil também segue essa tendência de crescimento de usuários do sistema, apresentando significativa lista de usuários conforme estatística do ROAR (2010).

O DSpace é uma ferramenta que segue padrões e protocolos internacionais, com vistas a facilitar e incentivar a interoperabilidade com outros sistemas. Os metadados seguem o esquema Dublin Core, um padrão internacionalmente reconhecido e usado por inúmeras instituições em diferentes sistemas de informação. Conforme Carvalho (2010), as principais características do padrão Dublin Core são:

- simplicidade na descrição dos recursos - pode ser usado por não catalogadores, autores ou websiters sem conhecimento prévio de todas as regras de catalogação;
- interoperabilidade semântica - promove o entendimento comum dos descritores, ajudando a unificar padrões de conteúdo, aumentando a possibilidade de interoperabilidade semântica entre as disciplinas;
- consenso internacional - reconhecimento da cobertura internacional do escopo do recurso;
- extensibilidade - constitui uma alternativa aos modelos de descrição mais elaborados e caros. Possui flexibilidade e extensibilidade para codificar semânticas mais elaboradas em padrões mais sofisticados.

Segundo o IBICT (2004) “o sistema DSpace foi desenvolvido para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de captura, distribuição e preservação da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada. O sistema desde seu início teve a característica de ser facilmente adaptado a outras instituições. Os repositórios DSpace permitem o gerenciamento da produção científica em qualquer tipo de material digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo”.

Outra vantagem do sistema é a atribuição de URLs persistentes para cada documento incluído no DSpace. Isso se dá por meio do Sistema Handle, que permite a preservação digital através da garantia de acesso ao documento a longo prazo. No

caso da BDJur, no início, adotamos o identificador Handle, por ser gratuito. Mas como a empresa responsável pelo sistema passou a cobrar pelo serviço, o Superior Tribunal de Justiça desenvolveu sistema de identificação persistente, substituindo o modelo anterior por um próprio, mantendo assim a gratuidade do aplicativo.

Para garantir rastreabilidade de seus conteúdos por provedores de serviço do mundo inteiro e para permitir a recuperação de seus conteúdos por mecanismos de busca na web, o DSpace adota o Protocolo para Coleta de Metadados da Iniciativa dos Arquivos Abertos – “Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting” (OAI-PMH). O protocolo OAI-PMH surgiu a partir da convenção de Santa Fé, ocorrida em 1999, no Novo México, com o objetivo de facilitar uma disseminação eficiente do conteúdo. O protocolo OAI-PMH facilita a recuperação dos conteúdos da BDJur e maximiza o acesso aos documentos disponíveis no repositório.

O conteúdo da BDJur foi estruturado em comunidades, subcomunidades e coleções. As coleções estão distribuídas nas subcomunidades em Atos Administrativos; Doutrina e Repositório Institucional.

Foram definidas as seguintes características para os conteúdos a serem incluídos na BDJur:

- ser de interesse de servidores e de ministros do STJ;
- não ser efêmero;
- estar em texto integral;
- estar completo e pronto para publicação;
- o detentor dos direitos autorais deve autorizar o acesso ao conteúdo do seu trabalho.

Em respeito à lei de direitos autorais e a legislação interna do STJ, os documentos da BDJur estão estruturados em dois níveis de acesso:

- acesso aberto: os documentos incluídos nessa categoria podem ter os seus arquivos baixados por quaisquer usuários do sistema. Mesmo estando livre de direitos patrimoniais, os conteúdos de acesso aberto da BDJur somente são incluídos no repositório com autorização prévia do autor ou editor.

- para autorização de publicação na BDJur são utilizados dois instrumentos: uma guia de autorização disponível no próprio sistema e visualizada no processo autoarquivamento, em que o próprio autor procede à inclusão de sua obra no sistema e um formulário contendo os termos da autorização e campos para inclusão da obra a ser autorizada, que é preenchido e assinado pelo autor nos casos em que documento autorizado não é depositado na BDJur diretamente pelo autor.

O processo de seleção dos documentos que compõem o acervo da BDJur segue os mesmos parâmetros da política de seleção do acervo impresso da Biblioteca do STJ. Para fazer parte do acervo da BDJur, os documentos passam pela avaliação da Comissão Especial para Aquisição, Alienação e Desfazimento de Documentos Bibliográficos do STJ, composta por gerentes das seções da Biblioteca, que verificará se os conteúdos atendem às diretrizes estabelecidas na Política de Desenvolvimento do Acervo da Biblioteca (BRASIL, 2009).

O procedimento de seleção dos documentos da BDJur visa dar mais qualidade aos seus conteúdos e contribui para que a política de conteúdo do repositório não se desvie da missão da Biblioteca do STJ, que, por ser uma unidade de informação especializada, visa atender as necessidades de informação do seu público específico.

Os formatos de arquivos da BDJur seguem diretrizes de preservação digital adotadas pelo STJ, contribuindo para a permanência do acesso aos documentos incluídos no repositório. Os formatos utilizados são:

- PDF: para textos;
- JPG, JPEG: para imagens e fotos;
- WMV: para vídeos.

O processo de preparação de documentos para inclusão na BDJur é constituído das etapas de digitalização, reconhecimento de caracteres, padronização do texto com a inclusão de logomarca da BDJur e legenda bibliográfica no rodapé dos documentos, utilizando o software Adobe Professional.

Para facilitar o acesso aos conteúdos a longo prazo, a partir de 2010, a BDJur passou a incluir nos metadados de cada documento informações sobre o arquivo

disponibilizado: data de criação, tamanho, formato e programa gerador. Isso permite que, mesmo diante de mudanças tecnológicas, futuros programas possam abrir e ler os arquivos disponibilizados na BDJur.

3 RESULTADOS PARCIAIS/FINAIS

A BDJur alcançou, no primeiro trimestre de 2010, a média mensal de 215 mil downloads. Segundo avaliação do Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC) da Espanha, realizada em janeiro de 2010, a BDJur foi classificada na 36ª posição entre os 400 principais repositórios institucionais mundiais, sendo o 1º no Brasil e o 2º na América Latina (ESPANHA, 2010). A metodologia utilizada para o estudo levou em consideração os indicadores web para medir a visibilidade global e o impacto dos repositórios institucionais na internet. Essa classificação representa um grande avanço, pois a BDJur figurava na posição 124ª no ano de 2007.

O acervo digital vem sendo ampliado com a disponibilização de periódicos comerciais, por meio de contratos firmados com editores, aumentando as possibilidades de acesso aos conteúdos oferecidos aos seus usuários. O crescimento do acervo tem apresentado um aumento significativo do número de downloads no sistema no período de 2010. O número de arquivos baixados no sistema no primeiro semestre de 2010 supera o número de downloads de todo o ano de 2009, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo:

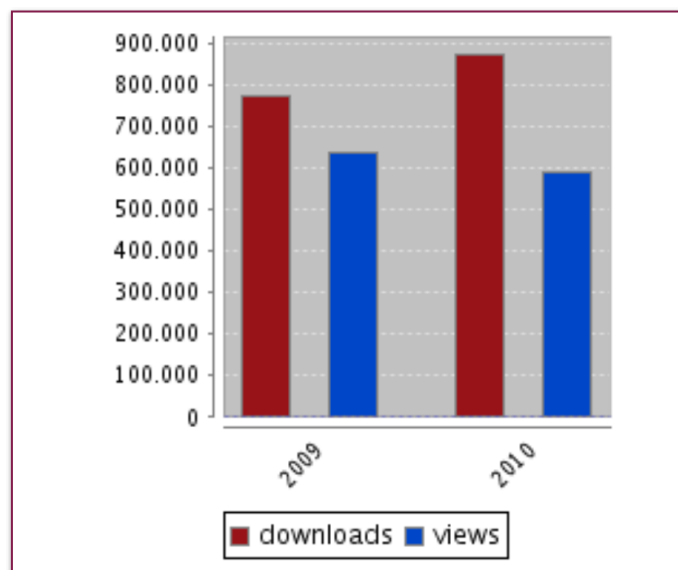


Gráfico1: número de downloads em 2009-2010.

Fonte: sítio da BDJur

Por seguir os padrões recomendados internacionalmente e pela riqueza de seu acervo, a BDJur é a primeira biblioteca digital a contribuir como provedora de dados do LexML Brasil, portal especializado em informações jurídicas e legislativas. O LexML, lançado oficialmente em 30 de junho de 2009, permite coletar a legislação, jurisprudência, proposições legislativas e outros documentos das esferas federal, estadual e municipal dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Com objetivo de compartilhar experiências e conhecimentos para a adoção de melhores práticas nas bibliotecas digitais e contribuir para o aprimoramento dos produtos e serviços oferecidos pelas instituições, a Biblioteca do STJ criou, em 2009, o Grupo de Bibliotecas Digitais, no qual participam 14 instituições, incluindo o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS/FINAIS

A BDJur, como canal de divulgação da informação jurídica, tem alcançado amplo reconhecimento no meio jurídico como um importante repositório. O contínuo desenvolvimento de suas coleções e a implementação de novos produtos e serviços têm contribuído para o cumprimento da missão da Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça de subsidiar suas atividades judicantes e administrativas.

O crescente número de acessos ao sistema comprova a importância da BDJur para o STJ e para toda sociedade. A quantidade e a diversidade de conteúdos disponíveis no repositório têm contribuído para o reconhecimento da BDJur como fonte de informação de alta relevância para a comunidade jurídica.

O trabalho desenvolvido pela BDJur promove a democratização do acesso à informação jurídica e favorece a prestação de uma justiça mais célere e efetiva.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. **Política de desenvolvimento do acervo da biblioteca**. Brasília, 6 jul. 2009. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/DSpace/handle/2011/22677>>. Acesso em: 3 maio 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. **Manual técnico do Consórcio BDJur**. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2008. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/383>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

CABRERA FACUNDO, Ana Margarita; COUTIN DOMINGUEZ, Adrián. Las bibliotecas digitales: parte I: consideraciones teóricas. **ACIMED**, Havana, v. 13, n. 2, mar./abr. 2005. Disponível: <http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol13_2_05/aci04_05.htm>. Acesso: 20 abr. 2010.

CARVALHO, Evanildo da Rocha. **Modelo de implementação de uma biblioteca digital: procedimentos sobre questões iniciais**. Brasília, 2010.

ESPAÑA. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Cybermetrics lab. **Ranking web de repositorios mundiales**. Madrid, 2010. Disponível em: <<http://repositorieswebometrics.info>>. Acesso em: 3 maio 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **DSpace: repositórios digitais**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://DSpace.ibict.br>. Acesso em: 1 jul. 2010.

ROAR. **Country matches any of "Brasil"**. Southampton, 2010. Disponível em: <http://roar.eprints.org/cgi/roar_search/advanced?location_country=br&software=&type=&order=-activity_high%2F-date> Acesso em: 3 maio 2010.

Como citar este artigo:

VIEIRA, José Ronaldo; LIMA, Arlan Moraes de; NERI, Vandeilson Soares. Biblioteca Digital do Superior Tribunal de Justiça (BDJur): relato de experiência. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, 2., 2010, Brasília. *Anais...* Brasília: 2010. 1 CD. Republicado em: *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v.6, n.1, p. 129-140, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/>.